



**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Comunicação e Expressão  
Departamento de Jornalismo**

**Thaís Ferraz Rodrigues Fernandes**

*Enfim sós*

**RELATÓRIO TÉCNICO do  
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à disciplina de *Projetos  
Experimentais*, ministrada pelo Prof. Dr.  
Fernando Antônio Crócomo no segundo  
semestre de 2016.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daisi Vogel**

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC	
ANO	2016.2	
ALUNA	Thaís Ferraz Rodrigues Fernandes	
TÍTULO	Enfim sós	
ORIENTADORA	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Daisi Irmgard Vogel	
MÍDIA          CATEGORIA		Impresso
		Rádio
		TV/Vídeo
		Foto
		Web site
		Multimídia
		Pesquisa Científica
		Produto Comunicacional
		Produto Institucional
		Produto Jornalístico (inteiro)
ÁREAS	Direitos Humanos; Direito da Criança e do Adolescente; Casamento infantil; Gênero	
RESUMO	<p>O instituto Promundo estimou que o Brasil ocupa o quarto lugar em números absolutos no ranking mundial de casamento infantil. De acordo com o levantamento, 877 mil mulheres brasileiras com idades entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 15 anos e 3 milhões se casaram antes dos 18 anos. O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou que 656 mil crianças e adolescentes viviam em uniões consensuais, civis e/ou religiosas no Brasil; destes/as, 88 mil eram menores de 14 anos. Esta grande reportagem relata o cotidiano de cinco meninas e um menino catarinenses que se casaram antes de completar 18 anos. A partir das histórias e reflexões dos/as entrevistados/as, a reportagem aborda temas como infância e adolescência, casamento, gravidez, violência doméstica, gênero e políticas públicas.</p> <p>Palavras-chave: Direitos Humanos; Direito da Criança e do Adolescente; Casamento Infantil; Gênero.</p>	

## SUMÁRIO

<b>1. RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
2.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	5
2.2 LEGISLAÇÃO.....	9
2.3 RESSALVAS.....	10
<b>3. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>11</b>
3.1 DO TEMA.....	11
3.2 DA MÍDIA.....	12
<b>4. PROCESSO DE PRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
4.1 PRÉ-APURAÇÃO.....	13
4.2 APURAÇÃO.....	16
4.3 REDAÇÃO.....	19
4.4 ANGULAÇÃO.....	20
4.5 DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES.....	21
<b>5. CUSTOS.....</b>	<b>22</b>
<b>6. DIFICULDADES E APRENDIZADOS.....</b>	<b>23</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>26</b>





## **1. RESUMO**

O instituto Promundo estimou que o Brasil ocupa o 4º lugar em números absolutos no ranking mundial de casamento infantil. De acordo com o levantamento, 877 mil mulheres brasileiras com idades entre 20 e 24 anos se casaram antes dos 15 anos e 3 milhões se casaram antes dos 18 anos. O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou que 656 mil crianças e adolescentes viviam em uniões consensuais, civis e/ou religiosas no Brasil; destes/as, 88 mil eram menores de 14 anos. Esta grande reportagem relata o cotidiano de cinco meninas e um menino catarinenses que se casaram antes de completar 18 anos. A partir das histórias e reflexões dos/as entrevistados/as, a reportagem aborda temas como infância e adolescência, casamento, gravidez, violência doméstica, gênero e políticas públicas.

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

O Artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança define o termo criança como “todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”. A partir desta determinação, o termo “casamento infantil” é utilizado internacionalmente para definir qualquer forma de casamento - formal ou informal - que envolva uma menina ou um menino com idade inferior a 18 anos. Esses casamentos desrespeitam uma série de recomendações de instrumentos internacionais de Direitos Humanos, como a já citada Convenção sobre os Direitos da Criança, o artigo 16º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o artigo 1º da Convenção Suplementar Sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956) (1956), os artigos 1º, 2º e 3º da Convenção sobre Consentimento para o Casamento (1964) e o artigo 16.1º da Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (1979) (CHILD..., 2001).

Internacionalmente, diversos órgãos e organizações não - governamentais estudam o tema e buscam formas de combater o casamento infantil, com pesquisas e ações focadas principalmente nas regiões com maiores taxas proporcionais de casamentos envolvendo menores de 18 anos, como a África Sub-saariana e o Sul da Ásia. Fazem parte desse grupo de instituições o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a *Girls Not Brides*, a *CARE* e o *International Center for Research on Women*. Os levantamentos de dados desses órgãos comprovam a absoluta prevalência de casamentos infantis nos países considerados “em desenvolvimento”, geralmente motivados por fatores como pobreza e conflitos civis (CHILD..., 2001).

Diversas pesquisas e estudos internacionais comprovam que os casamentos infantis afetam significativamente mais meninas do que meninos (ENDING...,2014); por isso, a grande maioria dos estudos, pesquisas e estatísticas são direcionados ao sexo feminino. Em 2012, o *International Center for Research on Women* estimou que 70 milhões de mulheres que tinham entre 20 e 24 anos haviam se casado antes de atingir a maioridade. Em 2012, especialistas em direitos humanos das Nações Unidas publicaram uma declaração conjunta na qual afirmam que anualmente 10 milhões de meninas iniciam matrimônios antes de completar 18 anos. A Unicef estima que  $\frac{1}{3}$  das meninas dos países “em desenvolvimento” se casam antes de atingir a maioridade.

De acordo com as estatísticas das Nações Unidas, o casamento envolvendo meninas menores de 18 anos está distribuído entre os países em desenvolvimento nas seguintes proporções: 46% se concentra no Sul da Ásia, 38% na África Subsaariana, 29% na América Latina e no Caribe e 18% no Oriente Médio e no Norte da África. A Europa e a América do Norte não possuem números significativos de casamentos infantis.

Na publicação *Innocenti Digest – Early Marriage – Child Spouses*, a Unicef afirma que

Os costumes envolvendo casamentos, incluindo os que dizem respeito à idade ideal para contrair o matrimônio e ao modo pelo qual um cônjuge é escolhido, dependem da visão de família que uma sociedade possui- seu papel, estrutura, padrão de vida, e as responsabilidades individuais e coletivas dos seus membros. A ideia e a função de “família” variam através do mundo e estão em estado de constante evolução.(CHILD..., 2001, p.5, tradução nossa)

A partir disso, a publicação faz um breve apanhado histórico de como os costumes envolvendo casamentos se desenvolveram na Europa ocidental e na América do Norte. Nessas regiões, os casamentos ocorriam em etapas avançadas da vida: a média de idade dos cônjuges na Europa do século XVI era 24 anos (mulheres) e 26 anos (homens). No século XVIII, as mulheres se casavam em média aos 27 anos e os homens, aos 30. As famílias da época eram a unidade de produção econômica, como ocorre hoje em muitas sociedades agrárias. No entanto, as famílias eram culturalmente mais separadas e individualistas, de forma que era obrigação dos recém-casados encontrar um novo lugar para viver e guardar recursos próprios para começar uma nova família. Essa necessidade de planejamento resultava em *casamentos tardios* [no original: *later marriages*].

Os *casamentos tardios* na Europa tiveram um impacto importante em relação às questões de consentimento. Como mulheres e homens casavam-se adultos, com experiência de vida, a ideia de aceitar sem questionamentos uma escolha de cônjuge feita pelos pais torna-se muito estranha. Nessas regiões, o livre consentimento por parte de ambos os cônjuges têm sido um requisito legal para o casamento desde a época romana.(CHILD..., 2001, p.6, tradução nossa)

Não existe um estudo que sistematize a história e as características dos casamentos infantis através dos tempos nos países em desenvolvimento. No entanto, a Unicef destaca, no mesmo artigo, que estudos demográficos realizados na década de 70 para compreender o crescimento da população e a rejeição da tecnologia contraceptiva nos países em

desenvolvimento identificaram dois padrões familiares: o *familist system* e o *individualist system*. O primeiro caracteriza-se por famílias extensas e comunais, pelo exercício autoritário do poder pelo pai de família, por casamentos “precoces”, pela escolha dos cônjuges por parte dos anciãos, pela integração do recém-casado à uma família existente e pela ausência de uma identidade própria e de papéis não-domésticos para mulheres. O segundo, norma nos países industrializados, apresenta características opostas às descritas (CHILD...,2001).

No *familist model*, a fertilidade é deliberadamente maximizada através do casamento de meninas logo após elas atingirem a puberdade. A família é a unidade de produção econômica e a única fonte de riqueza, status social e segurança para seus membros. Crianças novas, especialmente meninos, são demandados a cuidar da família e manter o status dela. A necessidade de maximizar a reprodução é reforçada nas regiões nas quais as taxas de mortalidade infantil são altas.(CHILD..., 2001, p.6, tradução nossa)

Esses costumes culturais podem influenciar a prevalência de casamentos infantis em alguns países em desenvolvimento, embora sejam apenas alguns dos aspectos que estimulam essas práticas. Outras motivações que levam aos casamentos de menores de 18 anos levantadas por instituições como a UNFPA, a *Girls Not Brides* e a própria Unicef são a desigualdade de gênero, a pobreza, a falta de oportunidades educacionais, as tradições e a insegurança em países violentos e/ou que passam por conflitos civis (*Girls not Brides*, “*Why Does Child Marriage Happen?*”). A Unicef ressalta, no entanto, que os motivos podem variar de uma comunidade para a outra e que a prática pode se dar de maneiras diferentes através de regiões e países, ou mesmo dentro de um único país (CHILD...,2001).

A prática de casamentos envolvendo menores de 18 anos traz uma série de consequências para essas crianças e adolescentes (TAYLOR, A, LAURO, G, 2015). A *Girls not Brides* destaca principalmente o isolamento dos meninos e meninas, as restrições de liberdade e a privação dos direitos fundamentais à saúde, à educação e à segurança (*Girls not Brides*, “*What is the Impact?*”). Além disso, a instituição também aponta que meninas casadas antes de atingir a maioridade possuem maiores riscos de sofrer complicações na gravidez e no parto, de contrair HIV e de serem submetidas à violência doméstica. O baixo acesso à educação e às oportunidades de trabalho resultam em uma maior probabilidade de que essas crianças vivam na pobreza.

Apesar da alta incidência de casamento infantil nas Américas Latina e Central, os países dessas regiões se destacam por se ausentarem das discussões globais sobre a prática. No contexto latino-americano, o Brasil se destaca numericamente. Pela estimativa do Instituto

Promundo, o país ocupa o 4º lugar em números absolutos no ranking mundial de casamento infantil. Pelo levantamento, 877 mil mulheres com idades entre 20 e 24 anos relataram ter se casado antes de completar 15; três milhões de mulheres se casaram antes dos 18. O último censo do IBGE, realizado em 2010, constatou que 666 mil meninos e meninas com idades entre 10 e 14 anos estavam em uniões consensuais, civis ou religiosas no Brasil; destes, 88 mil possuíam idades entre 10 e 14 anos.

Nas Américas Latina e Central, a maior parte das uniões envolvendo menores de 18 anos apresentam caráter informal e são consideradas consensuais, já que é possível detectar uma *agência* - níveis de escolha própria - das meninas e meninos que se casam, diferentemente de outros ambientes com altos níveis de prevalência desses casamentos, nos quais eles acontecem de forma mais ritualizada e sem consensualidade (TAYLOR, A, LAURO, G, 2015). No Brasil, essa informalidade e consensualidade também são registradas na maioria dos casos (TAYLOR, A, LAURO, G, 2015). O IBGE identifica quatro formas de uniões conjugais no Censo 2010, sendo que apenas duas delas, a primeira e a segunda, são legalmente oficiais: união civil, união civil e religiosa, união religiosa e união consensual (geralmente manifestada através da coabitação do casal). A última forma de união é a mais comum no caso dos casamentos infantis: no Brasil, 88% das crianças e adolescentes estão em uniões conjugais manifestadas através da coabitação.

Na pesquisa “Ela vai no meu barco”, realizada nos estados do Pará e do Maranhão, o Instituto Promundo indica cinco principais motivações para os casamentos infantis no Brasil. São elas:

o desejo, muitas vezes, de um membro da família, em função de uma gravidez indesejada e para proteger a reputação da menina ou da família e para segurar a responsabilidade do homem de “assumir” ou cuidar da menina e do(a) bebê potencial; (2) o desejo de controlar a sexualidade das meninas e limitar comportamentos percebidos como ‘de risco’ associados à vida de solteira, tais como relações sexuais sem parceiros fixos e exposição à rua; (3) o desejo das meninas e/ou membros da família de ter segurança financeira; (4) uma expressão da agência das meninas e um desejo de saírem da casa de seus pais, pautado em uma expectativa de liberdade, ainda que dentro de um contexto limitado de oportunidades educacionais e laborais, além de experiências de abuso ou controle sobre a mobilidade das meninas em suas famílias de origem; (5) o desejo dos futuros maridos de se casarem com meninas mais jovens (consideradas mais atraentes e de mais fácil controle do que as mulheres adultas) e o seu poder decisório desproporcional em decisões maritais. (TAYLOR, A, LAURO, G, 2015, p. 13)

A “expressão da agência” (ou consentimento) das meninas em relação aos casamentos é um dos aspectos mais interessantes da prática no Brasil. Sobre isso, o Instituto Promundo afirma que:

A agência das meninas em alguns casamentos e coabitação desafiam os pressupostos existentes sobre o casamento infantil. (...) Essa agência precisa ser compreendida fundamentalmente no contexto das diferenças de poder e das escolhas restritas disponíveis para as meninas.(TAYLOR, A, LAURO, G, 2015, p. 9)

Os casamentos infantis no Brasil estão associados à um perfil bem delimitado: acontecem principalmente entre crianças e adolescentes das classes C, D e E, que tiveram pouco acesso à educação de qualidade e à políticas públicas que garantissem os direitos ao lazer, cultura e esporte determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, um número considerável das crianças e adolescentes entrevistados pelo Promundo tinham históricos de “desestruturação” familiar e relações abusivas dentro de casa. Nesse contexto, o Instituto questiona, através dos dados obtidos na pesquisa, se a agência expressada pelas meninas brasileiras corresponde à uma escolha real.( TAYLOR, A, LAURO, G, 2015).

## **2.2. LEGISLAÇÃO**

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) faz uma divisão legal entre as categorias criança e adolescente; no entanto, a legislação zela por ambas da mesma forma. Este trabalho de conclusão de curso utiliza a definição internacional de “casamento infantil”, partindo da concepção de que ela não contradiz o Estatuto da Criança e do Adolescente - o Brasil é um dos países signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança, que passou a valer no país no mesmo ano em que o ECA. Dessa forma, este trabalho aproxima-se teoricamente da única pesquisa sobre o tema realizada a nível nacional, intitulada “Ela vai no meu barco”.

A legislação brasileira determina que a idade legal para o casamento é 18 anos para homens e mulheres. O Código Civil prevê, no art. 1.517, que adolescentes que possuam entre 16 e 18 anos possam se casar legalmente se obtiverem autorização de ambos os pais; a legislação também estipula, no artigo 1.519, que um juiz pode suprir a denegação do consentimento dos pais, caso a julgue injusta. Crianças e adolescentes menores de 16 anos só podem se casar legalmente de forma excepcional, em caso de gravidez (art.1520).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, marco regulatório dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, não faz menção direta aos casamentos de menores de 18 anos. Apesar dos instrumentos legais que restringem o casamento aos maiores de 18 anos ou aos adolescentes que cumpram as exceções supracitadas, não há punição criminal prevista para adultos que se casem fora do amparo legal com adolescentes que tenham entre 14 e 18 anos. O Conselho Tutelar pode redirecionar os adolescentes às casas das famílias ou, em última

hipótese, à casas de acolhimento, mas nenhuma dessas medidas pode restringir a liberdade de ir e vir dos adolescentes, que podem retornar para as casas dos cônjuges.

Em relações que envolvam um/a menor de 14 anos e um/a maior de 14 anos nas quais existam relações sexuais, há ato infracional ou estupro de vulnerável. Nesses casos, os agentes da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente podem realizar busca e apreensão na residência do casal e o caso será julgado em uma vara criminal.

### **2.3. RESSALVAS**

Apesar da importância dos estudos e pesquisas sobre o casamento infantil supracitados, é importante fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, a maioria dos estudos existentes sobre o tema foi produzida por organizações internacionais, que possuem pouca inserção nas realidades locais dos países em desenvolvimento (com exceção daquelas que possuem parceiros em alguns países, como a *Girls Not Brides*). Além disso, algumas dessas pesquisas tendem a homogeneizar as experiências desses países, que possuem realidades bastante distintas entre si. O Instituto Promundo recomenda a importância de estudos e políticas públicas que sejam desenvolvidos nacionalmente (TAYLOR, A, LAURO, G, 2015). Em entrevista à autora deste trabalho, Danielle Araújo, cientista política do Instituto, também destaca o problema em trabalhar com o tema a partir de uma perspectiva “adultocêntrica”:

[Na pesquisa], a gente queria fugir do lugar comum. Quando fizemos o levantamento biográfico encontramos uma visão paternalista do problema, adultos olhando a menina casada como “tadinha, coitada” (...) e elas não são tadinhas, não nesse simplismo, porque elas também negociam, querem sair de casa, ter autonomia, não foram arrancadas de casa contra a própria vontade (...) A questão é que condições nós, enquanto sociedade civil e agentes do Estado, podemos ofertar uma vivência saudável da sexualidade. No Brasil, o que nós temos são pesquisas sobre gravidez, sempre nos termos de “gravidez indesejada, gravidez precoce”, e isso é uma perspectiva adultocêntrica do problema que enviesa o olhar. A gente começa a olhar a menina como uma “tadinha” que precisa de proteção, e proteger, às vezes, é cercear a menina em relação ao seu direito à sexualidade.  
(ARAÚJO, Danielle. Entrevista concedida à autora, Florianópolis, 9 out. 2016.)

Por último, é importante destacar que nenhum dos estudos utilizados na elaboração da reportagem e do relatório deste Trabalho de Conclusão de Curso abordaram questões específicas de populações indígenas, quilombolas, originárias ou tradicionais.

## **3. JUSTIFICATIVA**

### **3.1. DO TEMA**

Como citado anteriormente, a prática dos casamentos infantis desrespeita diversas convenções internacionais de Direitos Humanos, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Suplementar Sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956), a Convenção sobre Consentimento para o Casamento (1964) e a Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (1979). Nacionalmente, essas uniões informais também desafiam as determinações do Código Civil.

O casamento infantil atinge  $\frac{1}{3}$  das meninas dos países em desenvolvimento; em muitos desses casos, elas não tiveram nem o direito ao consentimento. No Brasil, três milhões de mulheres declararam ter se casado antes dos 18 anos. Esses números demonstram que o problema atinge uma parcela significativa da população.

Essas uniões conjugais acarretam uma série de consequências nas vidas das crianças e adolescentes. Nacionalmente, o Instituto Promundo lista:

- (1) gravidez e subsequentes problemas de saúde maternal, neonatal e infantil, (2) atrasos e desafios educacionais, (3) limitações à mobilidade e às redes sociais das meninas, (4) exposição à violência do parceiro íntimo e (5) oferta inadequada e muitas vezes discriminatória de serviços e de proteção dos direitos de meninas casadas.  
(TAYLOR, A, LAURO, G, 2015, p. 9)

Além disso, o casamento infantil é uma questão de gênero, que afeta significativamente mais as pessoas do sexo feminino. Diversos estudos comprovam que essas uniões dificultam o acesso à educação e, conseqüentemente, às boas oportunidades de trabalho, colaborando significativamente para a manutenção da desigualdade de gênero no mundo todo (Anderson, L.; Whiting, A. 2011)

Por último, um dos principais problemas no combate aos casamentos infantis detectado pelo Instituto Promundo é a invisibilidade e a naturalização dessas uniões. A falta de discussão sobre o tema na mídia colabora significativamente para isso. Neste sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso procura se somar aos outros materiais jornalísticos sobre casamentos infantis publicados no Brasil para despertar atenção para o tema.

### **3.2. DA MÍDIA**

Este trabalho foi produzido na forma de uma grande reportagem em texto, impressa. A escolha da mídia considera dois fatores: a relevância do gênero reportagem no Jornalismo e as possibilidades que ele oferece; e a afinidade da autora com o estilo impresso.

O gênero reportagem surge no início do século XX, em um contexto de ebulição relacionado à Primeira Guerra Mundial e ao desenvolvimento frenético do capitalismo. A sociedade da época, frente a tantos acontecimentos e à rapidez com que as mudanças ocorriam, buscava respostas cada vez mais profundas para os fenômenos que a atingia. Os textos jornalísticos passaram, então, a buscar formas de oferecer os subsídios necessários para o entendimento de temas complexos. A origem do gênero está diretamente ligada às suas características. Muniz (2009) afirma que a reportagem é uma evolução da notícia, caracterizada por maior aprofundamento e pela “exigência” de interpretar a realidade.

O poder de contextualizar e interpretar a realidade é de extrema importância para este trabalho. Sem um formato que possibilite o aprofundamento, o texto falharia em seu principal objetivo: oferecer subsídios para uma análise do complexo tema do casamento infantil.

Sodré e Ferrari (1986) destacam que a reportagem tem um modo sedutor de exercer o poder denunciante do Jornalismo. Para eles, “a narrativa não é privilégio da arte ficcional” e pode ser encontrada também em produtos jornalísticos. Os autores afirmam que

A reportagem - onde se contam, se narram as peripécias da atualidade - é um gênero jornalístico privilegiado. Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não-cotidiana ou na televisão, ela se afirma como o lugar por excelência da narração jornalística. E é mesmo, a justo título, uma narrativa - com personagens, ação dramática e descrições de ambiente -- separada entretanto da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa. (SODRÉ;FERRARI, 1986, p.9)

Dentro da reportagem, três estruturas podem ser definidas: a dissertativa, que “se apóia num raciocínio explicitado através de informações generalizantes seguidas de fundamentação”; a narrativa, que “não se apóia em um raciocínio expresso” e tem como característica principal de estrutura “conter fatos organizados dentro de uma relação de anterioridade ou posterioridade”; e a descritiva, que abriga “pessoas e coisas como as da reportagem narrativa, mas, ao contrário dela, mostra-as fixadas num único momento, sem as mudanças progressivas que lhe traz o tempo” (COIMBRA, 1993)

Além das três estruturas, Coimbra também destaca a possibilidade de uma matéria ter dois tipos de texto, o dissertativo e o narrativo. (COIMBRA, 1993).

Tendo isto em mente, optei por produzir uma reportagem predominantemente dissertativa, mas que utiliza recursos narrativos que retratam a dimensão humana do tema, evitando que o trabalho se torne apenas um levantamento estatístico e não capte a complexidade das histórias e personagens envolvidos. Como afirma Eliane Brum, a reportagem deve ser “um documento da história contemporânea, uma vida contada, um testemunho” (BRUM, 2008, p.14).

## **4. PROCESSO DE PRODUÇÃO**

### **4.1. PRÉ-APURAÇÃO**

O período de pré-apuração deste Trabalho de Conclusão de Curso foi bastante reduzido devido à uma série de acontecimentos entre os anos de 2014 e 2016.

Cursei a disciplina Técnicas de Projetos no segundo semestre de 2014. Na época, pretendia realizar o Trabalho de Conclusão de Curso no semestre seguinte. Escolhi como tema as ocupações urbanas no centro de São Paulo e elaborei meu projeto. Nas férias, no entanto, decidi que tentaria realizar um intercâmbio acadêmico no segundo semestre de 2015. Para que isso fosse possível, eu ainda precisaria estar vinculada ao curso de Jornalismo, o que não aconteceria se eu entregasse o meu TCC no primeiro semestre de 2015, como havia previsto. Por isso, optei por desistir do projeto e iniciar outro quando retornasse da Inglaterra.

Retornei do intercâmbio no primeiro semestre de 2016. O tema das ocupações urbanas já não estava tão “quente” como em 2014. Eu também já não tinha mais disponibilidade de passar dois meses apurando em São Paulo. Como havia trabalhado com o tema da redução da maioria penal para uma série de reportagens do coletivo MARUIM, decidi que faria meu TCC sobre o tema, dando um recorte de gênero na discussão. Comecei a apuração em março e cheguei a realizar 6 entrevistas, mas comecei a ter problemas com a concepção do trabalho. O tema havia sido explorado exaustivamente no último ano por causa do projeto de Lei que propunha a redução da maioria penal; a jornalista Nana Queiroz havia lançado o livro *Presos que Menstruam*, que tinha a mesma ideia e estrutura que eu planejava para o meu trabalho; e Florianópolis tinha algumas condições muito específicas, como o baixo número de meninas internadas em regime fechado (à época, apenas 9 meninas em todo o estado estavam “presas”; dessas, duas já haviam se negado a falar comigo) e uma qualidade acima da média na estrutura do Centro de Internação Feminino. Não conseguia encontrar uma forma de dizer algo que ainda não havia sido dito sobre o tema. Eu já pensava em desistir do tema quando fui

atropelada, no dia 25 de maio. Fiquei um mês e meio com a perna completamente imobilizada e decidi aproveitar esse tempo para encontrar um novo tema que me fascinasse mais.

Nessa época, me lembrei de uma reportagem que havia lido há alguns meses atrás: *Noivas Meninas*, publicada na revista *Cláudia* em janeiro de 2016. Eu havia me impressionado com a pauta e com alguns dados da reportagem, mas me lembrava de que, quando li, fiquei com vontade de saber muito mais do que estava escrito ali. Digitei algumas palavras-chave relacionadas ao tema no Google e encontrei a pesquisa “Ela vai no meu barco”, do Instituto Promundo. Li o material e concluí que ali havia potencial para um TCC. Comecei a pesquisar reportagens ou documentários jornalísticos que abordassem o tema no contexto brasileiro, mas encontrei poucas matérias e nenhuma delas me parecia aprofundada o suficiente. A falta de produções jornalísticas sobre os casamentos infantis brasileiros me incentivaram ainda mais a escolher esse tema.

No começo de julho, conversei com minha orientadora sobre a possibilidade de fazer uma grande reportagem com a temática de casamentos infantis. Ela me recomendou que realizasse uma pré-apuração de dados para confirmar que o tema se sustentava, principalmente porque eu daria um recorte local de Santa Catarina. Combinamos que, se os dados do estado fossem significativos, eu trocava o tema da redução da maioridade penal para este. Só então iniciei o trabalho de pré-apuração.

Minha primeira decisão foi não elaborar outro projeto de TCC porque sabia que meu tempo era muito limitado, mesmo tendo consciência de que a falta do projeto talvez me prejudicasse na hora da apuração e da produção do relatório. Comecei a pré-apuração buscando dados sobre os casamentos infantis no Brasil e em Santa Catarina. Levei uma semana para chegar aos números corretos - a primeira tabela que eu havia conseguido acessar contava apenas casamentos civis e registrava que em SC apenas 2.000 menores de 18 anos estavam casadas, o que me levou a quase desistir do tema. Felizmente, encontrei estatísticas que englobavam todas as formas de uniões conjugais reconhecidas pelo IBGE e verifiquei que Santa Catarina possuía um alto número de crianças e adolescentes casados (24.700, o que coloca o estado em 11º lugar).

O segundo passo foi tentar levantar pesquisas, estudos e mais estatísticas sobre os casamentos infantis no Brasil. Foi a parte mais trabalhosa e improdutiva da pré-apuração. O estudo do Instituto Promundo é o único existente no Brasil e os poucos dados relacionados ao tema, levantados no Censo, na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) e no DataSUS são muito dispersos. Precisei criar algumas tabelas próprias, fazendo download de dados de todos os estados e unindo todos em uma só. Internacionalmente, várias instituições

trabalham com o tema dos casamentos infantis, mas sempre com foco nos países *hotspot*, como a Índia, Nepal e Burkina Fasso, que possuem características bem diferentes do Brasil. Ao reunir dados iniciais e fazer uma leitura atenta da pesquisa do Instituto Promundo, no entanto, tive a certeza de que conseguiria material suficiente para trabalhar com o tema. Liguei para o IBGE de Santa Catarina e consegui os dados específicos por municípios.

Marquei outra conversa com minha orientadora, quando comuniquei que o tema se sustentava e decidimos que eu trabalharia com ele. Depois dessa conversa, elaborei uma lista de 35 possíveis fontes oficiais/institucionais que tivessem alguma relação com o tema - minha ideia era começar as entrevistas com especialistas, que eram de acesso mais fácil, enquanto ganhava tempo para tentar encontrar meninas e meninos que fossem casados. No entanto, percebi que teria dificuldades para agendar com as fontes oficiais porque a maioria delas tinha pouco acúmulo sobre o assunto e não se sentia à vontade para, ou não tinha o desejo de, colaborar com o trabalho. Perdi duas semanas enviando e-mails e fazendo telefonemas, até que mudei de estratégia e comecei a buscar meninas e meninos casados.

Não existe nenhuma ONG, instituição ou serviço público que atenda especificamente crianças e adolescentes em uniões conjugais, por isso, não sabia por onde começar. Meu primeiro instinto foi publicar um pedido de ajuda para localizar fontes em alguns grupos de Facebook de estudantes e feministas de Santa Catarina. Também perguntei para amigos e conhecidos se alguém conhecia alguma criança nessa situação. Em nenhum momento tive a pretensão de localizar todas as minhas fontes dessa forma - acredito que isso poderia enviesar um pouco o meu trabalho, me dar acesso à uma amostra muito restrita, quando eu tinha a percepção de que para trabalhar este tema eu precisava encontrar pessoas “na rua”, “na vida real”. Por isso, conversei com minha veterana, Camila Hammes, que tinha feito um TCC sobre gravidez na adolescência. Ela me recomendou que eu procurasse paróquias e grupos de gestantes e também me avisou que eu teria dificuldades para acessar essas meninas de formas institucionais, através de postos de saúde e escolas públicas, por exemplo. Ao verificar a prevalência de casamentos infantis nas classes C e D, percebi que poderia encontrar entrevistados em ONGs e projetos sociais que atendessem jovens dessas classes. Consegui uma lista de todas as ONGs de Florianópolis no ICOM e selecionei quais me pareciam mais promissoras. Foi só então, no dia 21 de agosto, que iniciei o trabalho de campo.

## **4.2. APURAÇÃO**

Entre os dias 29 de agosto e 24 de setembro, a apuração consistiu quase exclusivamente em percorrer a cidade atrás de possíveis entrevistados. Eu saía de casa todos os dias por volta das 9 da manhã e retornava entre 18h e 20h, dependendo dos bairros que visitava. Seguindo a lista do ICOM, visitei instituições no sul da Ilha (Campeche, Ribeirão da Ilha, Tapera, Rio Tavares, Morro das Pedras), no Continente (Monte Cristo, Chico Mendes, Estreito, Morro da Caixa), na região da UFSC (Trindade e Serrinha), na Agrônômica (Morro da Penitenciária), no Centro e no Norte da Ilha (Favela do Siri). Precisei visitar alguns desses bairros várias vezes. Eu ia atrás principalmente de ONGs, grupos de gestantes, associações de moradores, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes (CCFV), Postos de Saúde e escolas públicas. Logo descobri que os quatro últimos lugares listados não poderiam me colocar em contato direto com crianças e adolescentes casados se eu não passasse previamente pelo Comitê de Ética da Prefeitura. A permissão da prefeitura teria me poupado muito tempo, mas a estimativa é de que eu demoraria de um a dois meses para consegui-la. Por isso, desisti dos órgãos públicos e continuei meu levantamento com a ajuda de ONGs e outras instituições. Essa etapa foi bem lenta, às vezes eu visitava cinco, seis lugares até conseguir uma entrevistada. Algumas fontes encontradas nesse processo - calculo que sete - desistiram das entrevistas ou não atenderam mais minhas ligações.

A primeira entrevista foi realizada no dia 31 de agosto. A entrevistada era a Sabrina\*, que havia visto minha postagem em um grupo do Facebook e se ofereceu para conversar comigo. Eu agendei a entrevista pensando que provavelmente não a utilizaria, já que Sabrina tinha 33 anos e eu pretendia fechar o trabalho apenas com fontes que ainda fossem menores de idade. No entanto, ela tinha uma história bem interessante e estava com bastante disposição para falar e avaliar sua experiência.

No dia 2 de setembro, realizei a segunda entrevista, com a Joana\*, na Casa São José, na Serrinha. Ela tinha 21 anos - assim como Sabrina\*, a idade conflitava com o meu interesse de entrevistar apenas menores de idade. No entanto, pensei que talvez pudesse ser positivamente surpreendida como havia acontecido na entrevista anterior. A história de Joana\* era interessante, mas ela falava pouco, mesmo nas perguntas mais complexas ou quando eu pedia para que ela descrevesse alguma cena ou situação. Apesar dos meus esforços, a conversa durou 20 minutos. No dia, tive a impressão de que, além da timidez dela, o ambiente também afetou a fluidez da entrevista: estávamos em uma salinha de café bem apertada, paredes brancas, muito institucional. Utilizei a entrevista como aprendizado e elaborei estratégias para contornar situações parecidas que pudessem vir a ocorrer.

A terceira entrevista foi realizada no dia 8 de setembro. Conversei com a Luna\* no Centro de Evangelização Popular (CEDEP) do Monte Cristo. A entrevista transcorreu bem; ela era extrovertida e adorava contar histórias. Ela falava muito mais sobre como era a vida antes de conhecer o marido e sobre o começo do relacionamento deles do que sobre o casamento, mas foi possível compreender a relação dos dois. No mesmo dia, os funcionários do CEDEP me passaram o contato de cinco outras jovens que eram atendidas ali e haviam se casado antes dos 15 anos. Eles me avisaram que provavelmente seria difícil conversar com elas porque as jovens atendidas ali mudam frequentemente de telefone e celular; além disso, duas delas haviam fugido de casa. Tentei agendar entrevistas com todas, mas não obtive nenhuma resposta. Em uma das ligações, a mãe de uma delas me disse que não poderia me ajudar porque a filha, de 14 anos, havia fugido com o marido e nem ela sabia o paradeiro da menina. Fiz uma última tentativa e pedi para que um dos funcionários do CEDEP entrasse em contato com elas através das redes sociais, mas elas também não responderam aos pedidos.

Encontrei a quarta entrevistada, Stefanie\*, no grupo de gestantes das Abelhas, no Estreito, em um dia de atividades de costura para as grávidas. Além dela, outras duas meninas atendidas pela instituição haviam aceitado me dar entrevista, mas uma delas deixou de responder meus contatos na semana seguinte e a outra sempre se desencontrava comigo nos dias combinados. Marquei com a Stefanie\* no dia 19 de setembro, na casa dela, em Praia Comprida, São José. Conversamos no quarto dela e percebi que ela estava se sentindo muito à vontade para contar toda a sua história. Conversamos por mais de duas horas.

No dia 23 de setembro, fiz minha primeira visita à Favela do Siri, no Norte da Ilha. Um colega que fez seu Trabalho de Conclusão de Curso lá, Rafael Venuto, me colocou em contato com a presidenta da Associação de Moradores da Vila do Arvoredo, Nina, que passou comigo nas casas de Brenda\*, Roberta\*, Leila\* e Paulista\*, que haviam se casado antes de completar 18 anos. Três delas agendaram entrevista comigo para a segunda seguinte, 26, e a mãe da quarta menina iria avisá-la de que eu passaria no trabalho dela para conversar. Quando voltei na segunda-feira, não consegui encontrar sozinha a casa da Roberta\* e não pude ser atendida pela Leila\*, que estava preparando o filho para levar à creche; não entrevistei a Paulista\* porque descobri que ela só havia engravidado e não se casado antes dos 18. A entrevista com a Brenda\* foi curta porque ela era muito tímida, mas consegui informações o suficiente para incluí-la no trabalho. Na semana seguinte, voltei à Favela do Siri atrás da Leila\*, mas me comunicaram que ela havia se mudado e não tinha celular. Sei que ela havia se separado do

ex-marido, traficante, porque era agredida por ele. Não sei precisar se ela saiu da Favela por algo relacionado à isso.

Conheci Marina\* e Jorge\* no Centro Cultural Escrava Anastácia, onde a equipe de assistência social foi bem atenciosa comigo. As entrevistas foram acompanhadas pela assistente social, mas ela não fez intervenção nenhuma. Ao contrário do que eu esperava, a presença da assistente não fez com que eles ficassem constrangidos em me contar suas histórias. Marina\*, que entrevistei no dia 27 de setembro, falava bastante. Jorge\*, entrevistado no dia 5 de outubro, era bem tímido. Foi o único menino casado antes dos 18 anos que consegui localizar.

A dificuldade em encontrar fontes que houvessem se casado antes de atingir a maioridade atrasou significativamente o meu cronograma. Por isso, desisti da minha intenção inicial de viajar para outras cidades de Santa Catarina e produzir um material com recorte estadual.

Entre os dias 26 de setembro e 8 de outubro, comecei novamente a tentar agendar entrevistas institucionais. Fiz inúmeras ligações e enviei muitos e-mails, mas quase nunca obtive resposta – na maioria das vezes em que consegui algum retorno, as fontes alegavam não poderem me ajudar por não conhecerem muito o tema, mesmo que trabalhassem diretamente na área de direitos das crianças e dos adolescentes. Fiz uma carta de apresentação do trabalho, com nome e telefone de contato, e saí pessoalmente entregando em vários lugares. Apenas uma das fontes me respondeu. No dia 4 de outubro, analisei o cronograma e decidi cortar o número de entrevistas institucionais para 14. Nos dias 5, 6 e 7 de outubro, a insistência começou a funcionar e consegui agendar as entrevistas necessárias.

A principal dificuldade na etapa das entrevistas com os jovens foi fazer com que eles falassem bastante sobre as suas histórias. Com exceção das fontes que eram naturalmente expansivas, as outras costumavam dar respostas muito curtas. Originalmente, eu gostaria de ter usado mais recursos narrativos e descrições nos textos, mas não foi possível porque vários deles me passaram poucas informações. Em algumas vezes, tive a impressão de que eles próprios não viam potencial em suas histórias e “pulavam” detalhes porque não queriam me entediar. Percebi uma limitação minha, arrisco dizer que de vários estudantes e jornalistas: elaborar pautas de entrevistas com fontes não oficiais, sobre assuntos subjetivos, em um nível de detalhe que permita a utilização de recursos narrativos na elaboração do texto. Apesar da minha facilidade em elaborar entrevistas com fontes oficiais, sempre baseadas em temas específicos que podiam ser estudados por mim, percebi que possuía dificuldade em entrevistar pessoas sobre sentimentos e coisas íntimas, principalmente por ter um contato tão pequeno

com elas. Anteriormente, só havia passado por experiências parecidas duas vezes: cobrindo as ocupações Copa do Povo e Jardins para o jornal laboratório Zero; e produzindo uma série de reportagens sobre a redução da maioria penal para o Maruim.

Em relação às entrevistas com fontes institucionais, o maior problema foi a falta de conhecimento que a maioria delas possuía sobre o tema. Consegui contornar essa dificuldade perguntando sobre temas correlatos mais próximos à atuação dessas pessoas.

Não entrevistei os maridos das meninas nem familiares. Por questão de segurança das adolescentes, o Instituto Promundo não entrevistou adultos e meninas do mesmo casal; achei que deveria fazer o mesmo.

### **4.3. Redação**

Comecei a escrever a reportagem no dia 22 de outubro. Transcrevi e grifei as principais falas de cada entrevista e esquematizei 25 tópicos/palavras-chave que haviam surgido nas conversas e que eu julgava fundamentais para a compreensão do tema. Para definir a estruturação do texto, anotei quais eram as principais perguntas que as pessoas me faziam quando eu contava qual era o tema do meu TCC - assim, poderia garantir que o texto as responderia. Defini que iria abrir a reportagem com algum trecho das histórias de Stefanie\* ou Sabrina\* - apesar das diferenças de idades entre elas e os ex-maridos não serem tão significativas, ambas contaram as histórias mais fortes e complexas que escutei. Escolhi a cena da Stefanie\* por achar que ela introduzia bem o tema, além de se relacionar com a fala seguinte (“Quando eu saí da casa da mãe para morar com ele, eu deixei de ser criança para ser mulher”), que me parecia resumir o que eu constatei entrevistando as meninas.

Inicialmente, eu queria escrever todas as histórias inteiras de uma vez só, para que as narrativas não perdessem muita força. Percebi que o texto perderia o ritmo e se tornaria repetitivo, já que muitos elementos estavam presentes em todas as histórias. Apaguei os primeiros 10 mil caracteres que havia escrito e recomecei, dessa vez distribuindo as histórias entre as retrancas e as mesclando com falas de especialistas. Embora a princípio quisesse fazer algo mais parecido com uma reportagem-conto, a falta de tempo, a necessidade de contextualizar o tema que não é muito conhecido e a minha facilidade para trabalhar com o estilo dissertativo fizeram com que eu trocasse a estruturação do texto. Além disso, embora algumas entrevistadas tivessem me relatado histórias bastante detalhadas, o que permitiria que eu ousasse mais em descrições e narrações, outras falaram muito pouco. Essa falta de

equilíbrio com certeza seria refletida no texto. Por isso, optei por mesclar parágrafos dissertativos com parágrafos narrativos, de modo que o texto não pendesse demais para nenhum dos lados.

No total, tive três semanas para produzir o texto, contando as entregas de versões e correções da orientadora. Escrevi cerca de 8 mil caracteres por dia. Considero que, nesta etapa, o tempo foi minha maior dificuldade.

Por último, é importante destacar que a estruturação do texto e a redação da reportagem refletem uma escolha minha em relação à abordagem do tema. Uma das minhas principais preocupações era como falar sobre casamento infantil - uma prática que eu, pessoalmente, considero bastante problemática - sem desrespeitar as percepções das próprias meninas e meninos envolvidos, que, em alguns casos, se consideram felizes no matrimônio. Refleti bastante sobre como eu poderia trabalhar essas contradições e optei por um texto que descrevesse as histórias sem opinar diretamente sobre elas, além de montar uma estrutura que deixasse claras as contradições.

#### **4.4. Angulação**

Desde o momento em que entrei em contato com o tema pela primeira vez, considerei o casamento infantil como um problema. Essa percepção se acentuou enquanto eu estudava o tema e me informava sobre o perfil dos adolescentes que se casam (geralmente jovens pobres e sem oportunidades), os motivos que levavam ao casamento, o claro marcador de gênero, as relações desiguais de poder dentro dos relacionamentos, a diferença significativa de idade entre os cônjuges e as consequências como violência doméstica e evasão escolar. No entanto, eu não desejava adotar sem críticas o discurso das instituições internacionais que trabalham com o tema, porque ele me parecia, como já comentado anteriormente, distante da realidade brasileira.

Durante a etapa de apuração, entrevistei membros de um núcleo de pesquisa da UFSC que, a meu ver, tentaram testar algumas das minhas convicções. Eles apresentaram alguns argumentos interessantes que relatizavam algumas questões relacionadas aos casamentos infantis, como o fato de que as meninas casadas nem sempre são totalmente destituídas de poder na relação; também discutiram a possibilidade da gravidez na adolescência como uma forma de empoderamento dessas jovens dentro das comunidades, entre outras opiniões. Eu já havia tido acesso a muitas dessas visões através de leituras, e elas foram levadas em conta durante o processo de apuração e produção da reportagem, mas nessa entrevista eu senti que

precisaria me posicionar e que essa decisão influenciaria toda a minha pauta. Decidi que não relativizaria alguns pontos centrais da discussão (como a definição de estupro de vulnerável, por exemplo) porque não queria correr o risco de acabar defendendo os homens que se casam com essas crianças e adolescentes.

A forma que eu encontrei de lidar com as contradições do tema foi escolher uma estruturação que as deixasse evidentes. Eu escolhi histórias diversas, decidida a mostrar todas as faces do casamento infantil: algumas mostravam relações não desiguais, como a de Marina\*, que trabalha enquanto o marido cuida da casa; outras mostram lados problemáticos das uniões conjugais, como Luna\*, que teve sua identidade significativamente alterada pelo casamento; outras ainda ilustram situações de violência doméstica e evasão escolar.

Embora a maior parte das falas dos especialistas tratem do casamento infantil como um problema, construí o texto de uma forma que deixasse claro que, muitas vezes, a união conjugal acaba oferecendo um ambiente supostamente melhor (em relação às casas dos pais) para as crianças e adolescentes que se casam. Também utilizei falas de especialistas que pontuam interpretações mais relativizadas do tema. Minha intenção não era utilizar uma angulação “neutra”, que “ouvisse os dois lados”, mas que tornasse possível tratar o tema com a honestidade e a complexidade que ele merece.

#### **4.5. Diagramação e ilustrações**

A diagramação deste TCC foi feita em formato de revista, uma vez que essa reportagem foi pensada para esse tipo de mídia desde a sua concepção. O formato de revista permite a utilização de uma série de recursos como ilustrações e infográficos, que tornam a experiência da leitura mais agradável e complementam as informações do texto.

Desde o começo da apuração, eu sabia que não poderia utilizar fotos do/as entrevistados/as que tivessem menos de 18 anos. Por isso, decidi contratar uma ilustradora – Luana Marques – que havia feito as ilustrações do TCC de uma colega. Ela se interessou bastante por meu tema e combinamos como seria o processo. Eu não tinha fotografias dos/as entrevistados/as porque não desejava reproduções muito fiéis que pudessem expô-los/as (algumas das ONGs que me colocaram em contato com os/as entrevistados/as me pediram cópias do trabalho para disponibilizar para os/as jovens atendidos/as). Minha ideia era que a Luana ilustrasse as meninas que entrevistei, mas de uma forma que os desenhos pudessem representar quaisquer outras meninas brasileiras casadas. Enviei as idades e descrições de

cada uma, seguidas por um breve resumo das histórias delas, para que a ilustradora estivesse contextualizada com as personagens. Também sugeri uma ou duas cenas descritas pelas personagens que haviam me marcado e poderiam ser desenhadas. Luana fez os rascunhos, me enviou para aprovação e depois começou a fazer as ilustrações propriamente ditas, utilizando cores lúdicas que também expressassem, de alguma forma, os sentimentos envolvidos nas histórias.

Com os rascunhos das ilustrações em mãos, eu e Manoela Bonaldo, colega de Jornalismo da UFSC, elaboramos o projeto gráfico. Como conheço apenas o básico do software Indesign, participei menos ativamente dessa etapa. Ela acompanhou todo o processo de apuração e leu a reportagem, o que contribuiu para que o projeto se encaixasse bem com a reportagem. O produto foi diagramado no tamanho da revista Zupi, nas dimensões 17x24.

## 5. Custos

O trabalho foi totalmente custeado com recursos pessoais. Os gastos foram:

Descrição	Valor
Passagens de ônibus municipal e intermunicipal na Grande Florianópolis	R\$240,00
Alimentação	R\$100,00
Ligações telefônicas para agendamento de entrevistas	R\$70,00
Impressões de rascunhos	R\$30,00
Ilustrações (5)	R\$360,00
Impressões de cópias do TCC	R\$360
Impressões de cópias do relatório	R\$10
Total	R\$1.170

## 6. Dificuldades e aprendizados

As dificuldades na parte da pré-apuração foram causadas principalmente pela falta de um projeto pronto e já pré-apurado, que deveria ter sido realizado durante a disciplina de Técnicas de Projeto. Como exemplo, acredito que se eu tivesse realizado o projeto previamente, não teria demorado tanto tempo para descobrir a possibilidade de obter uma autorização do Comitê de Ética da prefeitura, que teria me poupado muito tempo e esforços no levantamento de fontes, já que me daria acesso aos jovens atendidos por escolas públicas e postos de saúde.

Nas entrevistas, como já explicado anteriormente, tive dificuldades em encontrar as fontes e agendar as conversas, principalmente quando os entrevistados eram meninos e meninas que haviam se casado antes dos 18 anos. A desmarcação de diversas entrevistas também foi um problema.

Em relação aos dados, aponto como dificuldade a falta de levantamentos ou sistematizações, a níveis nacional e estadual. Além disso, a minha falta de conhecimento na área de jornalismo de dados e no uso do programa Excel com certeza me fizeram perder aspectos interessantes do tema que eu poderia ter encontrado cruzando os dados disponíveis.

As limitações de tempo resultaram em algumas mudanças significativas no TCC, como a desistência de tratar o tema a nível estadual e a mudança de estrutura do texto, inicialmente pensada para uma reportagem-conto mas alterada para uma redação dissertativa.

Em relação aos aprendizados, o TCC demonstrou a importância de fazer um bom planejamento para elaborar uma grande reportagem. Apesar disso, também aprendi que, mesmo com muito planejamento, o produto final provavelmente sairá diferente do esperado. Quando comecei a pré-apurar a pauta, imaginei que a reportagem seria totalmente voltada para casamentos envolvendo meninas bem novas, com menos de 14 anos, e homens bem mais velhos, na faixa dos 30. Também pensei que casamentos com pouca diferença de idade entre os cônjuges não seriam tão problemáticos. A minha apuração, no entanto, mostrou que uniões envolvendo adolescentes de 15,16 e 17 anos também são consideradas casamentos infantis e que estes adolescentes estão tão sujeitos às consequências dessas uniões quanto crianças menores. Durante as entrevistas que realizei, também descobri que mesmo casamentos com diferenças pequenas de idade podem envolver problemas sérios como violência doméstica. Essas descobertas mudaram bastante o conceito inicial da pauta, mas avalio que isso não é um problema; pelo contrário, é importante que o jornalista seja flexível e não tente distorcer a realidade apenas para que ela se torne mais “sensacional” aos olhos do leitor.

Essa também foi a primeira oportunidade que tive de participar da concepção do produto inteiro (escolha da pauta, pré-apuração, planejamento, apuração, redação, edição, escolha de ilustrações e diagramação). Aprendi muito em todas estas etapas, principalmente nas que eu não pratiquei muito durante a graduação.

Desenvolvi e aperfeiçoei técnicas de entrevistas e, principalmente, aprendi a estar sempre atenta ao meu “lugar de fala”, ou seja, a compreender como as minhas percepções são influenciadas pela minha história e pela minha classe social. Em algumas entrevistas, por exemplo, percebi que situações que me pareciam ruins não eram encaradas pelas meninas como um problema. Em uma das entrevistas, perguntei sobre as mudanças drásticas que um casamento trazia, e a entrevistada me respondeu que na verdade a vida dela não havia mudado muito, já que ela costumava fazer o trabalho doméstico e cuidar dos irmãos na casa da mãe. Percebi que essas diferenças de percepções e experiências poderiam me afastar dos entrevistados se fossem expressadas de forma descuidada ou arrogante.

Por último, o TCC me ensinou, mais uma vez, que o jornalismo pode sim ser subjetivo e engajado. E acredito que o principal aprendizado proporcionado por este trabalho foi aceitar que mesmo em condições favoráveis, dispondo de bastante tempo e liberdade editorial, uma reportagem jornalística nunca será completa e dará conta de toda a “realidade”; mas isso não reduz, de forma nenhuma, a importância de escrevê-la.

## 7. Referências

AQUINO, Estela M. L., et al. **Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência.** In: Horizontes Antropológicos, v. 8, no 17, p. 13-45. Porto Alegre: Scielo, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832002000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt) Acesso em: 24 de novembro de 2016.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Infância e da Família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ANDERSON, L, WHITING, L. **Child Marriage: Denying girls' rights, perpetuating poverty.** Disponível em: <http://www.icrw.org/in-the-news/child-marriage-denying-girls-rights-perpetuating-poverty/>. Acesso em 24 de novembro de 2016.

BRUM, E. **O Olho da Rua: uma repórter em busca da literatura da vida real.** São Paulo: Globo, 2008.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa. Um curso sobre sua estrutura.** São Paulo: Ática, 1993.183p.

FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). **Situação da população mundial 2013.** Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência. Disponível em [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unfpa/swp\\_2013.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unfpa/swp_2013.pdf). Acesso em: 24 de novembro de 2016.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2010 e 2012).**Disponíveis em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em: 24 de novembro de 2016.

IBGE, **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006.** (2008) Brasília/ DF: Ministério da Saúde. Disponível em: [http://189.28.128.100/nutricao/docs/evento/reuniao\\_nacional/2009/apresentacao\\_pnds\\_elza\\_berquo.pdf](http://189.28.128.100/nutricao/docs/evento/reuniao_nacional/2009/apresentacao_pnds_elza_berquo.pdf). Acesso em: 24 de novembro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010. Nupcialidade, fecundidade e migração.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao/default\\_nupcialidade\\_fecundidade\\_migracao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/nupcialidade_fecundidade_migracao/default_nupcialidade_fecundidade_migracao.shtm). Acessado em:24 nov. 2016

PLAN BRASIL. (2014). **Por Ser Menina No Brasil. Crescendo entre Direitos e Violências: Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil.**Sumário Executivo. São Luis and São Paulo: Plan Brazil, 2014.Disponível em: [http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por\\_ser\\_menina\\_resumoexecutivo2014.pdf](http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/1-por_ser_menina_resumoexecutivo2014.pdf) .Acesso em: 24 de novembro de 2016.

SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

Taylor, A.Y., Lauro, G., **Ela vai no meu barco: Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de Pesquisa de Método Misto.** Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo & Promundo-US. Setembro 2015. Disponível em: <http://promundo.org.br/recursos/ela-vai-no-meu-barco-casamento-na-infancia-e-adolescencia-no-brasil/>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

United Nations Children's Fund, **Ending Child Marriage: Progress and prospects**, UNICEF, New York, 2014. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/files/Child\\_Marriage\\_Report\\_7\\_17\\_LR..pdf](https://www.unicef.org/media/files/Child_Marriage_Report_7_17_LR..pdf). Acesso em: 24 de novembro de 2016.

United Nations Children's Fund, **Innocenti Digest: Early Marriage, Child Spouses**, UNICEF, Florence, 2001. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/digest7e.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2016

United Nations Population Fund (UNFPA).(2012). **Marrying Too Young: End Child Marriage. [Casando cedo demais: Pelo fim do casamento infantil]**. New York: United Nations Population Fund.